

**O PAPEL DO NEUROPSICOPEDAGOGO NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM**

**THE ROLE OF THE NEUROPSYCHOPEDAGOGUE IN THE
LEARNING PROCESS**

Nathania Oliveira Santos

Especialista em alfabetização e letramento, E.C.I.M.

Prof. Zélia dos Santos Diniz, Brasil

E-mail: nathaniaenzo@gmail.com

Claudia Cristina de Sousa

Especialista em Educação Especial e Inclusiva -
Neuropedagogia e Psicomotricidade, Escola Cívico

Militar Zélia dos Santos Diniz Brasil

E-mail: claudiacris.35@gmail.com

Edinária Costa Do Nascimento

Graduada em Pedagogia, Rede Municipal de
Educação de Barra do Garças, Brasil

E-mail: ednariabg@gmail.com

Edinaura Dantas do Nascimento

Especialista em Neuropsicopedagogia, E.E.Militar

Dom Pedro II.Dep.Noberto Schwantes. Brasil

E-mail: edynaurabiologa@hotmail.com

Elaine Pereira da Silva

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional ,
Escola Cívico Militar Zélia dos Santos Diniz, Brasil

E-mail: elaine.profissao@gmail.com

Izaura Almeida do Nascimento

Especialista em Língua Portuguesa e Literatura, Escola
Estadual. Senador Filinto Muller, Brasil

E-mail: prof.izauranascimento@gmail.com

Lucejaine de Brito Silva

Especialista em Metodologias para Educação Infantil e
Anos Iniciais do Ensino Fundamental., Escola Cívico

Militar Zélia dos Santos Diniz, Brasil

E-mail: lucejainedebritosilva@gmail.com

Pettersson Almeida Moura

Graduado em Licenciatura em História, Escola Cívico
Militar Zélia dos Santos Diniz, Brasil

E-mail: Pettersson_almeida@hotmail.com

Rosielma Moraes Resende

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Educacional,
Escola Cívico Militar Zélia dos Santos Diniz, Brasil

E-mail: rosielma8@gmail.com

Viviany Silva Sales Dos Santos

Especialista em Psicopedagogia Institucional, Escola
Estadual. Senador Filinto Muller, Brasil

E-mail: Viviany_sales@hotmail.com

Resumo

Para qualquer criança, chegar à escola e entrar no ensino fundamental é um marco, é algo importante, pois ali eles estarão expostos a desafios, conteúdos diferentes, convivência e também dentro do processo de socialização a criança terá mais oportunidades de interagir. Para crianças com deficiência, para as quais o processo de aprendizagem é diferenciado, essa chegada a escola deve ser de acolhimento e possibilidades de aprendizado. Frequentar a escola é direito de qualquer aluno, portanto temos que pensar na inclusão com cuidado e carinho. Por isso vamos investigar o papel do neuropsicopedagogo no processo de aprendizagem, uma vez que a inclusão tem sido alvo de debates e estudos nos últimos anos devido à necessidade de trabalhar crianças, jovens e adultos com deficiência de maneira que os mesmos possam se sentir inseridos e conseguir realizar as atividades propostas como todos os outros alunos da sala. Dessa maneira, reunindo as informações mais relevantes publicadas nos últimos anos sobre esse assunto, com certeza contribuiremos com os conhecimentos dos leitores sobre essa temática específica.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, escola, aprendizagem

Abstract

For any child, arriving at school and entering elementary school is a milestone. It's important because there they will be exposed to challenges, diverse content, and social interaction. During the socialization process, children will have more opportunities to interact. For children with disabilities, whose learning process is unique, this arrival at school should be one of welcome and opportunities for learning. Attending school is every student's right, so we must consider inclusion with care and affection. Therefore, we will investigate the role of the neuropsychopedagogue in the learning process, as inclusion has been the subject of debate and studies in recent years due to the need to work with children, youth,

and adults with disabilities so that they feel included and can complete the proposed activities like all other students in the class. Thus, by bringing together the most relevant information published in recent years on this topic, we will certainly contribute to readers' knowledge on this specific topic.

KEYWORDS: Inclusion, school, learning.

1. Introdução

De um modo geral, para alguns alunos chegar a escola e também passar do primeiro segmento para o segundo segmento é bastante complicado devido as mudanças, a variação da quantidade de professores, os novos conteúdos e os novos desafios. Crianças com deficiência levam um pouco mais de tempo para o aprendizado acontecer e também para se adaptarem e por isso causa um certo receio dos professores pois, nem sempre tem formação para trabalhar com alunos especiais, e um certo receio também nos pais ao trazerem essas crianças para a escola, mas, o que todos temos que entender é, que neste momento acontece uma busca por aprender mais, para ensinar melhor, e é de suma importância entender que a convivência com outras crianças trará para essas crianças deficientes benefícios e uma amplitude nos caminhos a percorrer.

Porém isso precisa ser muito bem trabalhado pelo professor, ou professores e pela escola como um todo.

1.1-BENEFÍCIOS PARA ALUNOS E PROFESSORES QUE CONVIVEM COM ALUNOS ESPECIAIS

Crianças com deficiência que estudam com colegas sem deficiência beneficiam não só a si mesmas, mas também a todos os outros alunos da escola e também aos professores pois o desenvolvimento de novas atitudes e de nova visibilidade do mundo acontece para todos de maneira integral, uma vez que todos começam a perceber e observar a necessidade de compreender o diferente.

O professor neste caso está encarregado de promover atividades brincadeiras jogos diálogos onde essas crianças possam se sentir inseridas e

tratadas de igual para igual e isso é possível desde que haja uma busca por conhecimento e por novas estratégias de ensino.

As crianças sem deficiência estarão aprendendo que somos diferentes, que vivemos em sociedade e precisamos interagir e entender que cada um tem seu tempo e seu jeito, mas, que é possível conviver e respeitar a todos.

1.1.1-LEIS DO DIREITO ESCOLAR

- ✓ Resolução nº 4 de 2009- Determina que as escolas devem matricular alunos com distúrbios genéticos nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado. O projeto pedagógico deve conter salas multifuncionais, cronograma de atendimento e atividades educacionais específicas.
- ✓ Decreto nº 3.956 de 2001- Pessoas com distúrbios genéticos tem o mesmo direito à liberdade fundamentais que os demais, o decreto considera discriminação toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência.
- ✓ Resolução CNE nº 2 de 2001- Institui as diretrizes nacionais para a educação de alunos com deficiência. Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para ofertar atendimento que assegure as condições necessárias à educação de qualidade para todos.
- ✓ Constituição Federal Artigo 208- Garante a universalização do atendimento especializado a alunos com deficiência nas redes de ensino regular com educação inclusiva e estabelece o direito à integração plena dessas pessoas em todas as áreas da sociedade.

1.1.2- CONVIVÊNCIA

As crianças sem deficiência que convivem com outras, que têm deficiência, se beneficiam de uma maneira grandiosa, pois, aprendem a desenvolver atitudes positivas relacionadas à tolerância, respeito ao outro, abertura ao diálogo e inclusive apoio e ajuda, se necessário. Segundo a especialista em

educação especial" Danielle Fonseca Silva (2018, p. 42), "[...]o aprendizado e o desenvolvimento da capacidade de se relacionar dependem entre outras coisas de oportunidade de interação com crianças da mesma idade, ou de idade diferente e situações diversas, neste caso, nas escolas, cabe o professor promover atividades individuais ou em grupo respeitando as diferenças estimulando a troca entre as crianças para que as mesmas possam superar as dificuldades comportamentais que apresentam devido suas limitações[...]."

Para a neuropsicopedagoga Regina Salete (2018, p. 37), "[...]Ter contato com crianças com deficiências em sala de aula faz o professor repensar novos comportamentos e estratégias para melhor ensinar, e nisso quebramos regras e protocolos, uma vez que o objetivo é encontrar um meio de fazer a criança se apropriar no conhecimento."

O professor Platini Siqueira Ferraz (2018, p. 35 e 36) que trabalha com crianças e adultos com deficiência na APAE, percebe que é notável a melhor convivência entre eles e até com a sociedade por meio de eventos, observa-se que mesmo possuindo características especiais eles interagem e gostam da prática de esporte. A diferença que o professor percebe é que em atividades físicas deve-se ter com essas crianças mais atenção e carinho, pois as mesmas são capazes como qualquer outra criança.

2- O PAPEL DO NEUROPSICOPEDAGOGO EM SALA DE AULA.

Nos dias atuais novas mudanças e desafios sobre educação nos levam a ter um olhar bem diferenciado para o indivíduo, e, como educadores temos o dever de estar sempre buscando e aprendendo a desenvolver práticas de ensino inovadoras, afinal todos somos capazes de aprender independentemente de qualquer limitação.

O neuropsicopedagogo como mediador deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em aprendizagem não

podemos esquecer da inclusão, não estamos falando só dos deficientes e sim da escola como um todo, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade.

Diante desse exposto destaco algumas discussões que trouxeram benefícios ao atendimento educacional especializado:

- **Em 2001 – As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial** - Na Educação Básica propõe mudanças através da CNE/CEB nº 2/2001, determinando no artigo 2º. Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2001)

- **Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001** - Destaca que o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta atendimento à diversidade humana. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2001)

- **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006)** - O Artigo 24 dessa Convenção reconhece o direito à educação sem discriminação e com igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência. Deverão assegurar que:

1. As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
2. As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;

Portanto faz-se necessário uma cultura de aprendizado que gere conhecimento. Segundo Demo (2001), Assmann (2001), Morin (2002), cabe ao educador adotar um trabalho de parceria, instaurando condições indispensáveis para que o aprendiz desenvolva a inteligência e não simplesmente a memorização. A busca por uma aprendizagem com eficiência dispõe de mecanismos inovadores através da Neurociência.

Existem fatores de ordem intra e extraescolares que levam o aluno com deficiência a não aprender, e, é do interesse do neuropsicopedagogo compreender como ocorre o processo de aprendizagem. Fatores como o tipo de metodologia utilizada na sala de ensino comum, currículo, que é oferecido aos alunos e a pouca faltam de prática de alguns professores, conteúdos e atividades inadequadas, questões orgânicas, cognitivas, afetivas, emocionais, que podem influenciar no processo da aquisição de aprendizado bem como causas, transtornos, primeiramente na criança, família e depois escola. Muitas crianças aprendem memorizando. Segundo Emília Ferreiro e Ana Teberosky, as crianças elaboram conhecimentos sobre a leitura e escrita passando por diferentes hipóteses, baseada em conhecimentos prévios, assimilações e generalizações que dependem das interações delas com seus pares. Desse modo a aprendizagem e neurociência interagem em conjunto corpo e mente. O processo de aprendizagem permite uma compreensão mais adequada do aprender e do ensinar, superando as dificuldades tanto do aprendiz quanto daquele que ensina buscando otimizar a adoção de condutas de ensino e de aprendizagem.

O trabalho do neuropsicopedagogo é de fundamental importância pois, ele consegue identificar os principais fatores responsáveis pelas dificuldades da criança, além de identificar se trata-se de um distúrbio de aprendizagem ou de uma dificuldade provocada por outros fatores (emocionais, cognitivos, sociais, etc, o mesmo também faz levantamento do repertório infantil relativo as habilidades acadêmicas e cognitivas relevantes para a dificuldade de aprendizagem apresentada, essa identificação de características emocionais da criança, estímulos e esquemas de reforçamento aos quais responde e sua interação com as exigências escolares propriamente ditas, tem que ser avaliadas e levadas em consideração ao avaliar um aluno deficiente, e o neuropsicopedagogo tem o aprendizado e o olhar atento para realizar esse trabalho.

4. Conclusão

Portanto, chegamos à conclusão de que é necessário que haja inclusão de crianças com qualquer tipo de deficiência nas escolas, para que desde cedo elas participam de todas as atividades escolares e inclusive das aulas práticas, pois, é possível desenvolver atividades, mesmo, que adaptando-as, para que todos participem.

Através das leituras percebemos que a convivência só traz benefícios a todos os envolvidos. Conviver com pessoas com deficiência nos faz ser melhor como seres humanos e ensinar nossas crianças desde cedo a perceber que somos diferentes e temos que respeitar as diferenças é de fundamental importância para que possamos construir um mundo bom e melhor, pois, pessoas com deficiência podem ter um desenvolvimento social completamente normal.

Também observamos que o papel do neuropsicopedagogo é de fundamental importância para o desenvolvimento de alunos com deficiência uma vez que em sua formação o mesmo aprende o que de fato é necessário para identificar e promover estratégias para o melhor desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Referências

BORGES, Ângela Maria Rodrigues, NAIA UNIFESSPA, Congresso de Educação Especial, 2016.

Barbosa LMS. A Psicopedagogia no âmbito da instituição escolar. Curitiba: Expoente; 2001.

BOSSA, Nádia Aparecida. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

COLL, César; MARTÍN, Emília. O construtivismo na sala de aula. 6. ed. Itapeverica: Ática, 2006.

GARDNER, Howard. Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências. Porto Alegre: Artes Médicas, c1994.

AZEVEDO, Marco Antonio Oliveira de; Gomes Filho, Arnóbio. Competitividade e inclusão social por meio do esporte .*Rev. bras. ciênc. esporte* ; 33(3): 589-603, jul.-set. 2011.

BANDEIRA, Katarina. Educação Física para deficientes: um caminho possível. Curso para formar profissionais independente de suas limitações, 2017.

BRACHT, V. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo. Revista brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v.2, p. 62, 1986.

BRASIL. LEI Nº 9.615/98.

Resolução nº 4 de 2009

Resolução CNE nº 2 de 2001

Decreto nº 3.956 de 2001

Constituição Federal Artigo 208

Lei Brasileira da Inclusão (nº 13.146, de julho de 2015)

RECOMA, (Copyright)- A importância do Esporte para a sociedade, 2019. Acesso em 18/11/2022.

SASSAKI, R. K. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. P. 3. Rio de Janeiro, 1997.

VARGAS, Regina Salette. Co autores Danielle Fonseca Silva, Platini Siqueira Ferraz; Vendaval de amor. 1ª ed. Nova Xavantina- MT, Gráfica Tipoalfa; 2018.